

Desigualdades de classe, gênero e raça no discurso da trabalhadora doméstica diarista e da patroa de classe média: efeitos da crise do capital e a precarização do trabalho doméstico remunerado

Inégalités de classe, de genre et de race dans le discours de la travailleuse domestique diariste et de la maîtresse de classe moyenne : effets de la crise du capital et précarisation du travail domestique rémunéré.

Samuel Barbosa Silva¹

Resumo

O trabalho doméstico, no Brasil, teve seu marco histórico no período colonial onde a atividade doméstica configurava-se como uma das atribuições do trabalho escravo realizado pelas mulheres, em sua maioria negras. Na sociedade capitalista o trabalho doméstico remunerado atual ainda se estrutura em heranças coloniais do patriarcado e do racismo. Apesar do trabalho doméstico assalariado no Brasil ter sido regulamentado, a partir da lei n.150/2015, com a crise econômica a informalidade deste trabalho continua a ter predominância, modificando assim as relações de trabalho doméstico remunerado, afetando majoritariamente às mulheres negras. Este trabalho tem por objetivo desvelar os efeitos de sentido sobre a informalidade do trabalho doméstico remunerado, na atual crise do capital, a partir da relação de trabalho entre a trabalhadora doméstica diarista e a patroa de classe média. Nossa materialidade discursiva é um recorte de uma entrevista do ano de 2015, mediada por um jornalista, que destaca acerca da informalidade do trabalho doméstico remunerado e o mercado de trabalho, após a sanção da lei n.150/2015. Para análise do nosso objeto de estudo utilizamos como aporte teórico-analítico a teoria materialista da Análise de Discurso Pêcheuxiana, assim como nos respaldamos em outros autores para discussão das variantes de classe, gênero e raça. Em nossas análises foi possível confirmar que os efeitos da crise econômica permitem a precarização do trabalho doméstico remunerado informal e se estruturam interseccionalmente por meio das desigualdades de classe, gênero e raça podendo ter outras variantes que não foram contempladas nesta análise.

Palavras-chave: Trabalho doméstico remunerado. Diarista. Patroa. Classe Média. Discurso

Resumé

Le travail domestique, au Brésil, a eu son point de repère historique dans la période coloniale où l'activité domestique se présentait comme l'une des missions du travail esclave accompli par les femmes, en majorité noires. Dans la société capitaliste le travail domestique rémunéré actuel se structure toujours dans les héritages coloniaux du patriarcat et du racisme. Bien que le travail domestique salarié au Brésil ait été réglementé, depuis la loi n o 150/2015, avec la crise économique, l'informel de ce travail reste prédominant, modifiant ainsi les relations de travail domestique rémunéré des mensualistes, affectant principalement les femmes noires. Ce travail a pour but de dégager les effets de sens sur l'informel du travail domestique rémunéré, dans la crise actuelle du capital, à partir de la relation de travail entre la travailleuse domestique journalier et la patronne de classe moyenne. Notre matérialité discursive est une coupure d'une interview de l'année 2015, dirigée par un journaliste, qui met en évidence sur l'informel du travail domestique rémunéré et le marché du travail après la sanction de la loi n.150/2015 dans les familles de classe moyenne. Pour

¹ Docente na Universidade de Pernambuco (UPE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3274-3741>.

L'analyse de notre objet d'étude, nous utilisons comme apport théorique-analytique la théorie matérialiste de l'Analyse du Discours Pêcheuxienne, ainsi que, nous nous appuyons sur d'autres auteurs pour discuter des variantes de classe, genre et race. Dans nos analyses, il a été possible de confirmer que les effets de la crise économique permettent la précarisation du travail domestique rémunéré qui se structurent intersectoriellement par le biais des inégalités de classe, genre et la race peuvent avoir d'autres variantes qui n'ont pas été pris en compte dans cette analyse.

Mots-clés: *Travail domestique rémunéré. Diarista. Patroa. Classe moyenne. Discours*

Recebido: 15/10/2020.

Aceito em: 28/01/2021.

A análise de discurso e suas categorias: breves considerações.

Na análise de discurso não existe um sentido único, homogêneo, linear, os sentidos sempre podem ser outros a partir das condições de produção em que o(s) sujeito(s) enuncia(m) o seu dizer. Sendo o discurso “[...] o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX, 2006, p. 56), também entendido como *práxis* social, este não pode ser confundido com fala ou texto, já que o discurso se refere aos efeitos de sentido entre interlocutores em determinadas condições de produção.

Dessa forma, os sentidos não estão fixados na palavra, mas encontram-se dispersos, em constante movimento no cotidiano das pessoas. Trata-se, portanto, de situar o discurso como exterior à língua e que se materializa na língua e produz sentidos (ORLANDI, 2003). Cabe então assinalar que “[...] todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras (da perspectiva discursiva, as palavras já são sempre discursos na sua relação com os sentidos)” (ORLANDI, 2007, p. 15).

Como o discurso está filiado às condições sócio-históricas é coerente tratar de uma categoria fundamental que são as condições de produção do discurso, pois a partir dela é possível fazer a relação dos efeitos de sentido das palavras com a história e a ideologia, constituindo assim o discurso. Vasconcelos e Cavalcante (2013, p. 78) reforçam essa noção das condições de produção apoiadas em Pêcheux (1993):

[Para Pêcheux (1993)] A noção de condições de produção (CP) refere-se ao contexto ou às circunstâncias históricas – mediatas e imediatas – que permitem que um determinado discurso venha à tona, e não um outro qualquer. A expressão CP traz a implicação de que um discurso não pode ser analisado apenas como um texto, pois ele é um acontecimento dentro de um período histórico e produto de situações específicas que fizeram com que ele (e não outro) aflorasse.

A formação ideológica também é imprescindível para análise de discurso, pois remete diretamente ao lugar discursivo ocupado pelo sujeito. A contradição da luta de classes no atual sistema capitalista permite a compreensão da formação ideológica, em seu

caráter *strictu sensu*, em duas perspectivas: a do capital e do trabalho². Pêcheux (1993, p. 166) argumenta:

[...] as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um dos seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes.

Para Pêcheux (1988), as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas pelos enunciadores e estas posições estão inscritas em formações ideológicas que determinam os sentidos que podem ser produzidos. A formação discursiva é, portanto, a “[...] manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica em uma situação de enunciação específica” (FERREIRA, 2001, p. 15). Cavalcante (2005, p. 21) também reforça a noção de formações ideológicas quando diz:

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põe em jogo práticas associadas às relações de classe e constituem matrizes comuns a um conjunto de discursos que expressam posições assumidas pelos sujeitos em diferentes práticas sociais concretas. Cada formação ideológica contém, como um dos seus componentes, uma ou várias formações discursivas (FD).

Por fim, destacamos as categorias do intradiscurso, interdiscurso e silêncio. Acerca do intradiscurso Florêncio *et al* (2009, p. 77) argumenta que são “[...] os discursos produzidos, em determinadas condições, em dado momento, no propósito de entendimento do que está sendo dito”. Em relação ao interdiscurso, este corresponde aos “[...] discursos já constituídos que entram na produção discursiva ressignificando o já-dito antes, noutra lugar; como espaço de confrontos ideológicos das relações de dominação/subordinação” (FLORÊNCIO *et al.*, 2009, p. 77). Asseveramos também que há *silêncio* produzido pelos sujeitos produzindo novos sentidos, abarcando assim novas formas de significar na realidade objetiva. Por sua vez, não se confunde com o ato de calar, mas nova forma de expressividade no meio social, tonificando assim múltiplos sentidos, como aponta Orlandi (2007, p. 72) o sujeito passa “das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras”.

Análise e Discussões

A cena discursiva ocorre em 2015 e compreende o gênero discursivo notícia, que destaca, por sua vez, a vida da diarista e o mercado de trabalho após a regulamentação do trabalho doméstico assalariado, através da lei complementar n.150/2015, promulgada pela ex-presidenta Dilma Roussef. A informalidade do trabalho doméstico remunerado, na condição de diarista, é ampliada algum tempo depois da lei, principalmente com a reforma previdenciária, pois boa parte das patroas pertencentes à classe média não possuem condições de cumprir as obrigatoriedades jurídicas para manter trabalhadoras domésticas assalariadas em suas residências.

² As formações ideológicas em caráter mais particular podem ser representadas pelo direito, a religião, a política, entre outras possibilidades.

Nesta cena discursiva, a entrevista é realizada pelo jornalista (Márcio), e divide-se em três momentos: inicialmente, acontece entre a patroa (Bárbara) e a diarista (Solineuza)³, em seguida com uma agenciadora de domésticas e, por fim, com a coordenadora do SINE (Sistema Nacional de Emprego). Há também a interferência da narrativa do jornalista na exposição da notícia. No entanto, para este trabalho, fizemos o recorte de análise entre os discursos que compreendem a posição-sujeito patroa, trabalhadora doméstica diarista e jornalista.

O apartamento de Bárbara é apresentado de maneira informal e podemos visualizar alguns de seus cômodos durante a entrevista, no entanto, não foi mencionada ou apresentada a existência do quarto da doméstica. O apartamento possui um espaço curto e é possível perceber que seus cômodos (cozinha – sala de estar) estão bem próximos, como nos mostra a figura 1.

Durante a entrevista, apenas para conversar com o jornalista, Solineuza tem a oportunidade de interromper suas atividades domésticas, aparentando estar tranquila e sem tensões. Bárbara trabalha como engenheira de materiais e dispunha de uma trabalhadora doméstica remunerada permanente em sua casa, mas com a regulamentação da “PEC das domésticas”, precisou se readaptar para contratar os serviços de diarista.

Bárbara justifica que o nascimento da filha a fez contratar o serviço de diarista, porém nos chama a atenção porque em nenhum momento ela fala de ter a colaboração do genitor da criança ou de outro companheiro/a. O objetivo da entrevista é mostrar o crescimento da informalização do emprego doméstico e seus possíveis benefícios, através do serviço de diarista, como resolução para o cotidiano do empregador(a) de classe média e da trabalhadora doméstica.



Figura 1 – Apartamento de Bárbara.⁴ Fonte: reprodução/YouTube, 2015.⁵

SD 1: [Narração do Jornalista – Márcio]: A casa da [Bárbara] ficou mais alegre, colorida com cheirinho de bebê. Tudo mudou com a chegada dessa fofura... A [Luiza] de um ano e dois meses. A mãezona só quer saber de ficar grudadinha com a filhota curtindo essa fase que passa rápido, pediu afastamento do trabalho e pra dar uma mão no serviço de

³ Todos os nomes das pessoas envolvidas são fictícios. O nome do jornalista é uma homenagem ao jornalista negro da Rede Globo que apresentou o programa Fantástico. O nome da patroa refere-se à personagem do filme “*Que horas ela volta?*”, interpretada pela atriz Karine Teles, e o nome da diarista refere-se à personagem da série “*A Diarista*”, interpretada pela atriz Dira Paes.

⁴ As imagens podem ser acessadas em uma plataforma de vídeos online de domínio público.

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FnUb_q3t6aI&feature=youtu.be. Acesso em: 20 mar.2019.

casa contratou a [Solineuza] que deixa tudo brilhando, um capricho só. [Bárbara - Patroa]: Ela é bem cuidadosa...é rápida! Tanto é que, às vezes, ela termina antes do horário contratado e eu não faço questão de ficar mais porque é bem profissional.

O enunciado do jornalista na primeira sequência discursiva é atravessado por temas que constituem a notícia apresentada: a maternidade, a maternagem e o trabalho doméstico. Em um primeiro momento, destaca-se a maternidade (o ato de gestar e parir um bebê) como uma função fundamental que contribuiu para a harmonização do lar. A produção de sentidos da ideologia dominante do que é ser mulher e mãe (função desempenhada a partir da maternidade: a maternagem)⁶ é acionada inicialmente no espaço privado (a casa) e tem uma continuidade no espaço público.

Considerando o contexto da sociedade de classes e o patriarcado como estruturas fundantes que contribuem para que as desigualdades de gênero sejam instituídas e mantidas, a responsabilidade e o cuidado para com a família passam a ser prioridade da mulher, no que diz respeito, ao espaço privado.

Em outras palavras, na ideologia dominante de uma sociedade atravessada por estas estruturas de poder, a mulher encontra-se à margem social determinada também pela divisão sexual do trabalho. Cisne (2015, p. 117) afirma que a divisão sexual do trabalho é o resultado de um sistema capitalista-patriarcal “que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados.”. Além disso,

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico [...] Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (KÉRGOAT, 1989, p. 95).

Mesmo em um século de constantes mudanças no que dizem respeito às atividades exercidas por mulheres, homens e outras manifestações de gênero social⁷, a casa/família, enquanto um ambiente privado, torna-se responsabilidade majoritária da mulher ou, em casos específicos, de gêneros que apresentem alguma performatividade corporal ou desempenhem atividades cotidianas que se assemelhem ao gênero ou a função social atribuída para a mulher.

O discurso produz sentidos que funcionam diferentemente na divisão sexual de trabalho. O discurso está em constante relação com a história e com a ideologia, esta última operando enquanto função social. Nesse sentido, a divisão sexual de trabalho que opera no espaço privado (a casa) não ocorre naturalmente, isto é, parte-se da condição biológica da mulher gestar e parir a criança para se construir socialmente um discurso que

⁶ Estas definições de maternidade e maternagem são abordados por Barbosa Silva (2019) em sua obra “A mulher no discurso da publicidade e os efeitos de sentido para promoção do capital”.

⁷ Não nos deteremos na explanação sobre as diferentes manifestações de gênero na contemporaneidade, no entanto, as discussões de gênero para além do binarismo (homem/mulher) podem ser lidas em “Gênero e sexualidade na atualidade” (2018) escrito pelo professor da Universidade Federal da Bahia, Dr. Leandro Colling.

ideologicamente marca esta divisão do trabalho também a partir do sexo e do gênero, considerando assim tanto as funções biológicas produzidas a partir da reprodução quanto as funções sociais do que é ser mulher e homem na sociedade. A ideologia, por meio do discurso, opera dirimindo conflitos e naturalizando tais funções que serão exercidas primordialmente por ambos no espaço público e privado. Dessa forma, o funcionamento da ideologia:

Consiste no que se convencionou chamar de *interpelação* [...] do sujeito em sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo a sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (PÉCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166).

A chegada de Luiza (bebê), do ponto de vista das normas de gênero estabelecidas em sociedade, ratifica as funções vitais ideais que devem ser desempenhadas por cada membro da instituição social família. Na materialidade analisada, em nenhum momento a patroa menciona ter algum(a) companheiro (a) para dividir as tarefas. Há, nesse caso, uma abertura para desestabilização do sentido de família predominante, podendo ser esta, formada por uma mulher e sua filha, ao mesmo tempo, não se nega que mesmo com essa ruptura do sentido hegemônico de família o preconceito e/ou discriminação deixarão de existir.

No enunciado do jornalista, quando diz que “*tudo mudou com a chegada dessa fofura*”, questiona-se: O que mudou? Ser mãe é uma continuidade do que se espera socialmente da vida da mulher. Como a nova dinâmica da casa de classe média corrobora para a manutenção das desigualdades de classe, gênero e raça ao contratar a diarista? A nosso ver, apenas questionando as evidências, criticando a suposta ‘obviedade’, teremos a possibilidade de apontar os caminhos que promovem dessas desigualdades. É pela via do discurso que essas pistas vão emergindo.

A divisão sexual do trabalho também produz efeitos de sentido com a chegada de Luiza, pois em uma sociedade de exploração do trabalho e patriarcal, a sobrecarga de atividades desenvolvidas no ambiente doméstico dobra ou triplica, pois, além dos afazeres domésticos, é a mulher, na maioria das famílias, que se ocupa dos cuidados e responsabilidades no bem-estar dos membros da casa (companheiro(a) e filhos(as)).

Na materialidade em análise, o sentido que é produzido em torno do signo “mãezona” ganha significação que se institui a partir de uma dada memória discursiva e produz no imaginário – relações de força, poder e sentido - dos sujeitos sobre o que é exercer as funções sociais de mãe. Ao mesmo tempo, existe o silêncio no discurso do que é ser “paizão” na divisão das atividades domésticas.

O trabalho exercido por meio da maternagem passa a ser denominado como “curtir a filhota”, em outras palavras, o sentido de trabalho exercido por Bárbara só tem legitimidade quando é exercido fora do ambiente doméstico e, desde que não seja o trabalho doméstico remunerado (assalariado ou diarista) porque, como lemos na sequência discursiva 1, a função desempenhada por Solineuza *não é trabalho, pois ela apenas vai “dar uma mão no serviço de casa”*.

No enunciado do jornalista, mesmo com o trabalho da maternagem, a atividade doméstica não deixa de ser uma “obrigatoriedade” da mulher, independentemente da posição que ocupe, neste caso enquanto patroa ou trabalhadora doméstica remunerada.

Ele diz que Bárbara “pra dar uma mão no serviço de casa contratou a Solineuza que deixa tudo brilhando, um capricho só.”

A manutenção da casa para garantir o bem-estar e a limpeza deste ambiente continua sobre a mulher, através da trabalhadora doméstica, que exerce a função de diarista, e a administração das atividades domésticas permanecem com outra mulher - a patroa - esta, por sua vez, acrescenta na sua rotina de trabalho novas responsabilidades e cuidados com a chegada de Luiza.

No entanto, tais funções de esposa, mãe ou diarista causam efeitos na ordem do discurso, pois uma exerce o trabalho gratuito, enquanto a outra o trabalho remunerado. Embora, esta última função (trabalhadora doméstica) veladamente é uma extensão da primeira (esposa/mãe) e, por ambas atividades laborais serem realizadas exponencialmente pela mulher, reflete no modo de produção da sociedade capitalista na divisão do trabalho produtivo/improdutivo⁸, discurso este autorizado pelo patriarcado enquanto estrutura que também compõe a sociedade. Nesse sentido, as divisões de classe, gênero e de raça refratam e refletem nos impactos salariais e de condições de trabalho exercidos pela trabalhadora doméstica.

O enunciado de Bárbara inicia com qualificações acerca da trabalhadora doméstica diarista da sua residência: “*ela é cuidadosa e rápida*”. Como já mencionamos, o ato de cuidar é uma das atribuições que se espera socialmente da mulher e, devido à celeridade das relações de trabalho atuais, a agilidade é um outro atributo fundamental para manter o espaço doméstico em condições favoráveis de uso, isto é, um ambiente agradável e que forneça condições de se manter com a saúde fundamental, principalmente para enfrentar a jornada de trabalho no espaço público e a boa saúde dos futuros trabalhadores (filhos).

Nenhum discurso é neutro. Todo discurso expressa as relações sociais que lhe constituem. Sendo assim, o discurso patronal marca uma determinada posição ideológica, não se consubstancia enquanto evidência, ao contrário, o discurso é ação que constitui uma função social. Parafraseando Pêcheux (1988), a ideologia permite o efeito das evidências que constituem o sujeito, de maneira que “todo mundo sabe” o que é ser mulher, ser patroa, ser trabalhadora doméstica, ser mãe, ser classe média, etc.

A escolha na contratação de uma trabalhadora doméstica - assalariada ou diarista - dentro do espaço da casa, associa-se primordialmente pelas funções sociais que se espera de uma mulher, pois os homens que exercem o trabalho doméstico remunerado geralmente assumem funções sociais que são executadas como “adequadas” para os papéis de gênero que lhe cabem, por exemplo, ao assumirem a função de motorista ou jardineiro.

Sendo assim, o cuidado e a rapidez, exigidos tanto do ponto de vista das relações de trabalho contemporâneo, como também pelo gênero (o fato de ser mulher) são critérios utilizados para avaliar o trabalho da diarista como “bem profissional”. Não basta apenas limpar, passar e cozinhar, é necessário que estes critérios já mencionados sejam somados na

⁸ Para Marx (1980) o trabalhador produtivo é aquele que produz mercadorias e não a consome estas mercadorias na mesma proporção que produz, produzindo a mais-valia para o patrão. O trabalho improdutivo diz respeito apenas à produção de valores de uso sem que estes portem valores de troca, isto é, não geram lucro para o empregador. A discussão mais ampla sobre a necessidade do trabalho doméstico ser fundamental para a manutenção de qualquer sociabilidade e as implicações de sua configuração no sistema capitalista pode ser encontrada em Barbosa Silva (2021) na sua tese de doutorado intitulada “O discurso sobre a regulamentação do trabalho doméstico assalariado e as trabalhadoras domésticas remuneradas no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça”.

escolha da contratação da trabalhadora.

Ao que nos parece, o cuidado e a rapidez são utilizados como critérios para a avaliação dos homens na contratação para determinados cargos no espaço público. Se os homens são dotados destes critérios, então, a ausência de ter mais homens exercendo as funções domésticas no espaço privado têm como explicação possível o patriarcado como estrutura que normatiza e regula os corpos de mulheres e homens na divisão sexual do trabalho.



Figura 2 – Jornalista Márcio no SINE. Fonte: reprodução/YouTube, 2015.

SD 2: [Márcio - Jornalista]: Receber um elogio da patroa é bom, né?
 [Solineuza - Diarista]: É muito bom, né? Sempre é bom, né? Motiva mais a gente a continuar fazendo o que a gente sempre faz. [Narração do Jornalista - Márcio]: Mas esse socorro nas tarefas domésticas tem dia marcado. A Solineuza passa por aqui duas vezes por semana, ou seja, recebe como diarista. Antes, a patroa até tinha uma doméstica todo santo dia, mas... [Bárbara - Patroa]: Eu não pretendo mudar a não ser que venha mais filhos, aí tem que contratar mais uma pessoa.

O enunciado do jornalista na SD 2 expõe as relações de classe existentes em nossa sociedade. Ao trazer a expressão “patroa” aponta para outro binarismo das relações de poder que se constitui na outra extremidade: a trabalhadora doméstica diarista. Nesta relação profissional não é qualquer pessoa que está produzindo um elogio, mas é a patroa que o faz para a diarista.

Esse discurso produz efeitos de sentido acerca das relações de trabalho na sociedade capitalista em que a ordem é a exploração de trabalho e a produção material para garantir o lucro, independentemente de haver ou não afetividade entre capitalista e trabalhador. Tal efeito também se materializa nas relações do espaço privado (casa) entre a patroa e a trabalhadora doméstica (diarista).

O efeito de motivação para continuar o trabalho é produzido no enunciado da trabalhadora doméstica diarista quando a mesma diz que receber o elogio da patroa ‘*motiva a continuar fazendo o que a gente sempre faz*’. O efeito da ideologia acerca do trabalho doméstico remunerado faz com que a diarista – enquanto indivíduo- não se reconheça como aquela que é explorada na intersecção de classe, gênero e raça.

No que diz respeito ao efeito de classe é preciso recuperar as condições de produção restritas em que a discursivização é produzida, desse modo, devemos considerar que a diarista está sendo filmada para TV e na casa de sua contratante, praticamente

coagida. Nesse sentido, percebe-se o funcionamento de uma antecipação da posição subalterna da diarista diante do elogio da patroa, explicando assim o efeito de classe.

Considerando o período em que a notícia é veiculada, ano de 2015, há um deslize de sentidos sobre as relações de trabalho executadas pela diarista. Trocam-se os serviços de trabalhadora doméstica assalariada – trabalhos domésticos que configuram mais de 2 dias na semana em uma mesma residência – pelos serviços de diarista – trabalho doméstico realizado em até dois dias em uma mesma residência sem vínculo empregatício com o patrão/patroa.

A classe média, diante da crise econômica do capital e da “lei das domésticas” sancionada em 2015, começa a encontrar outros meios de exploração de trabalho para que possam fugir das obrigações trabalhistas. Ao mesmo tempo, a sanção da lei n. 150/2015 impulsiona um efeito contrário para os empregadores que compõem a maior parte da classe média e atinge um número expressivo de trabalhadoras domésticas remuneradas que, diante do quadro econômico vigente, passam a exercer maior carga de trabalho em várias residências e sem garantia de direitos ao ocupar a função de trabalhadoras domésticas diaristas.

No enunciado do jornalista afirma-se que o trabalho executado pela diarista se trata de um “*socorro nas tarefas domésticas*”. Há um não-dito que significa acerca de quem vai executar as tarefas domésticas depois que a diarista cumpre suas atividades nesta residência para a manutenção do lar, assim como um silêncio ao não se reconhecer o trabalho da diarista por não produzir lucro direto ao empregador. É um discurso atravessado pelas relações de exploração e dominação da mulher como aquela que é predestinada a exercer estas atividades, ou seja, uma mulher que “socorre” a outra.

A exploração de trabalho sustentada em um eixo interseccional – classe, gênero e raça – é velada, visto que a ideologia produz efeitos de sentido na ordem do dito a partir do não-dito e do silêncio que constitui dada produção discursiva e signifique conforme as relações de produção/reprodução dominantes que se estruturam na sociedade. Em outras palavras, a ideologia perpassa “a linguagem humana, [pois] tem a capacidade de refletir sobre a realidade em que os homens estão ativamente inseridos e conceituar algo pertencente a esta realidade.” (MOREIRA, 2017, p. 63).

O trabalho da diarista permite também pensarmos o quanto isto se reflete no trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres mães/esposas/donas de casa em razão de não haver uma divisão de trabalho no espaço privado (casa) acarretando uma sobrecarga na mulher de classe média (patroa) que deverá desenvolver as atividades do lar quando não tiver o serviço da diarista em determinados dias da semana.

Isto se reflete no enunciado de Bárbara, ao dizer que “se tiver mais filhos haverá a necessidade de contratar mais uma pessoa”. Vasconcelos e Cavalcante (2013, p. 52) já afirmam que “o discurso não surge do nada [...] Ele é fruto de outros discursos com que o sujeito dialoga, concordando ou discordando dele. É uma memória onde circulam vários discursos sobre o tema.” Esses são os efeitos do patriarcado e das relações de trabalho que podem ser desvelados.



Figura 3 – Entrevista com a patroa Bárbara. Fonte: reprodução/YouTube, 2015.

SD 3: [Márcio]: Nossa amiga cada dia da semana está com uma família diferente. É que ela é cadastrada em uma empresa terceirizada que faz indicação. A diária sai por 95 reais, mas uma parte fica com a empresa. A Solineuza diz que sai no lucro e que a vida de diarista é melhor do que a de doméstica e está nesta rotina há 7 meses. [Solineuza – Trabalhadora doméstica]: Porque a diarista ele cumpre só o horário das oito horas trabalhadas e ela faz só o que o cliente pede. Tipo, se o cliente falar: “Ah, eu quero que você limpe e passe!”. Eu só vou limpar e passar e como empregada eu teria que fazer tudo. [Márcio]: Trabalhadora com dinheiro no bolso rende mais.

Todo discurso é um diálogo com outros discursos e estes se alojam em dada memória discursiva⁹. O enunciado do jornalista Márcio acerca da terceirização do trabalho não é algo novo, isto é, não emerge em 2015, mas é um diálogo contínuo com outros períodos de crise econômica, que têm por consequência a transformação no mundo do trabalho da formalidade para a informalidade.

As condições de produção amplas do discurso associadas à memória discursiva permitem-nos desvelar, por meio das análises, o funcionamento da produção de efeitos de sentidos que refletem as mudanças nos padrões de organização de trabalho, assim como o processo de terceirização do trabalho. Com isso, a informalidade trabalhista é expandida a partir de uma condição de trabalho precária.

Noronha (2003), Neves, Jayme e Zambelli (2006) já afirmam que a informalidade no cenário brasileiro acontece desde o início do século XX, mais precisamente no período dos anos 1930 e se estende com mais ênfase na década de 1980 com a nova crise econômica que se instala mundialmente. No entanto, nesta última década, para tentar resolver o problema da crise econômica a reestruturação produtiva¹⁰ é acionada, de acordo com Neri e Fontes (2010), impulsionando a informalidade como válvula de escape para sobrevivência do trabalhador. O período de 1980 é marcado pelas políticas do neoliberalismo:

[...] as políticas neoliberais adequam-se ao processo de mudanças no mundo do trabalho. Através delas, promoveu-se uma série de medidas macroeconômicas, visando à adequação das condições econômicas e

⁹ Para Pêcheux (2015) a memória discursiva vem restabelecer os ‘implícitos’, isto é, trata-se de uma memória sócio-histórica que ao se relacionar com o intradiscurso institui uma correspondência com outros já-ditos.

¹⁰ Para maiores esclarecimentos, ler “*Globalização e Reestruturação Produtiva: o fordismo e/ou japonismo.*” (DRUCK, 1999).

sociais às leis do mercado, eliminando progressivamente as chamadas regulações governamentais protetoras, acusadas de inviabilizar a expansão, a produtividade e a competitividade do capital (LIRA, 2006, p. 133).

Ainda de acordo com Lira (2006), as modificações no mundo do trabalho, no Brasil, serão percebidas com mais ênfase na década de 1990, pois é o período em que a reestruturação produtiva, a revolução tecnológica e a abertura da economia tornam-se responsáveis pelo aumento do desemprego. Neste período, abre-se o espaço para a expansão da informalidade no mercado de trabalho sem o registro na carteira de trabalho, assim como o incentivo direcionado para o trabalho autônomo (PRISCO; CARVALHO; GOMES, 2013).

Conforme Neves, Jayme e Zambelli (2006), a reestruturação produtiva possibilitou transformações no mundo do trabalho e, conseqüentemente, uma nova produção de sentidos sobre a informalidade trabalhista, como estratégia de sobrevivência para o trabalhador e uma nova forma de exploração e precariedade de trabalho implementada pelo sistema capitalista que não deixa de refletir a estratégia utilizada pelo sistema para sua permanência.

Como já mencionado, o enunciado de Márcio acerca da terceirização aciona uma memória discursiva de um já-dito que volta neste dizer, não como mera repetição, mas uma ressignificação. “Ao mesmo tempo em que aciona a memória, essa memória sofre alterações na medida em que ocorrem lacunas, falhas, apagamentos do que não pode e não deve ser dito.” (MAGALHÃES *et. al.*, 2009, p. 81).

Dito de outro modo, é por meio da memória discursiva que os sentidos da língua(gem) estão sócio historicamente e ideologicamente cristalizados e são ressignificados de acordo com as condições de produção em que são convocados, possibilitando a ruptura total ou parcial destes sentidos cristalizados. Neste processo, o dito é também um *continuum* que se inscreve na ordem daquilo que (não) pode e (não) deve ser dito.

Ao dizer que a diarista está “cada dia da semana está com uma família diferente”, não se diz sob quais condições de trabalho e qualidade de vida essa trabalhadora doméstica passa a vivenciar em seu dia a dia, tanto para ter condições de manter a si e a sua família, assim como as perdas de direitos, sobretudo previdenciários, e de saúde que esta trabalhadora vivenciará com o aumento da exploração do trabalho.

É silenciado, neste discurso, que a informalidade do trabalho da doméstica é uma conseqüência da crise do capital, que tem como público-alvo as mulheres, sobretudo negras, além de ser uma forma de “burlar” a lei das domésticas sancionada pela presidenta Dilma Rousseuf, para não cumprir com as obrigações jurídicas conquistadas pela árdua luta política das trabalhadoras domésticas remuneradas. Nesse sentido, para que o dito do jornalista produza determinada significação é preciso não dizer outras coisas.

Mesmo o trabalho doméstico informal – a diarista e afins - considerado como improdutivo para o sistema capitalista, “existem regras reguladas pelo sistema assalariado, que fazem desse tipo de trabalho um instrumento vital para a manutenção do capital.” (PRISCO; CARVALHO; GOMES, 2013, p. 31). Para Soares (2004), outros trabalhos informais, a exemplo de trabalhadores em outras modalidades sem quaisquer vínculos empregatícios, entram nesta mesma lógica do capital.

Sob o manto da informalidade coexistem atividades de natureza muito distintas como as microempresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, [...] o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho em domicílio, as cooperativas de trabalho (NEVES; JAYME; ZAMBELLI, 2006, p. 159).

A empresa terceirizada, citada pelo jornalista, aparece como a mediadora entre patroa e trabalhadora doméstica. No entanto, como já mencionamos acima, a empresa terceirizada, neste caso a agência das domésticas, não tem como objetivo a garantia de direitos conquistados pela trabalhadora doméstica assalariada com a lei complementar n. 150/2015.

O objetivo é a manutenção do lucro da empresa, da mesma maneira que contribui para que as empresas, casas/apartamentos favoreçam a negligência da lei das domésticas por meio do trabalho informal, utilizando o discurso da crise econômica, que é algo real, como eixo principal para sucatear cada vez mais o trabalho exercido pelas domésticas. Como já afirmamos, este trabalho é exercido majoritariamente por mulheres negras, portanto, cada vez mais outras formas de exploração do trabalho doméstico são sustentadas tendo como eixo estrutural a interseccionalidade de classe, gênero e raça.

Prisco, Carvalho e Gomes (2013, p. 32) afirmam que “o trabalho informal tem desempenhado papel expressivo no processo de acumulação do capital, pois, ao reduzir custos, garante a manutenção e a reprodução de parcela reconhecível do excedente estrutural da força de trabalho.”. Sendo assim, é preciso buscarmos no fio do discurso as pistas para problematizarmos os efeitos de sentido que são construídos sob a retórica do “lucro” ou da “melhor condição de vida da diarista”, uma vez que há outras nuances que precarizam a vida desta trabalhadora doméstica.

É por meio das práticas sociais que as práticas discursivas se manifestam. Sendo assim, os efeitos de sentido sobre o trabalho formal da trabalhadora doméstica assalariada, em contrapartida, com o trabalho exercido pela diarista vão ter diferenças ora mais visíveis, ora menos visíveis que acentuam diretamente no modo de produção/reprodução social, bem como dialogam com as estruturas do patriarcado e do racismo que atravessam estas práticas sociais ao enfatizar e endossar a informalidade do trabalho doméstico.

Neri e Fontes (2010) asseguram que no contexto brasileiro a informalidade do trabalho representa estar cada vez mais em condições sub-humanas de vida tanto pelas condições de trabalho, quanto por estar submetido à pobreza por não possuir rendimentos e assistência previdenciária, ou seja, neste último caso, sem direitos legais para no futuro conquistar sua aposentadoria, mediante o exercício do seu trabalho. Logo,

[...] “estar na informalidade” pode representar um custo social extremamente alto que, nos dias atuais, se agrava à medida que aumenta a parcela da população trabalhadora inserida em ocupações que se caracterizam pela negação de direitos trabalhistas e elevado grau de vulnerabilidade (como enfermidades, acidentes, velhice) (LIRA, 2006, p. 146).

O enunciado da diarista Solineuza reflete mais as condições de trabalho nas quais a trabalhadora doméstica assalariada precisa realizar, ou seja, há uma divisão de tarefas já estipulada que não passa do “limpar ou passar”, enquanto a doméstica assalariada teria que

fazer “tudo”. O que escapa de Solineuza são as consequências da informalidade, como apontamos acima na citação de Lira (2006), que vão desde a sua qualidade de vida até a desobrigação estatal em assegurar para esta trabalhadora quaisquer situações onerosas.

Ao mesmo tempo, discursivamente se desvela as condições de trabalho em que as trabalhadoras domésticas assalariadas são submetidas, que vão desde a uma opressão psicológica da patroa até mesmo a exploração da jornada de trabalho e das atividades exercidas no ambiente doméstico, na maioria das vezes, em condições imundas e de perigo para a saúde, sem a devida proteção, ao realizar limpezas em banheiros ou outros cômodos semelhantes da casa/empresa.

No encerramento da sequência discursiva 3, o jornalista, em seu dizer, enfatiza que “trabalhadora com dinheiro no bolso rende mais!”. Nos chama a atenção porque a trabalhadora doméstica, na função de diarista, só é nomeada enquanto “trabalhadora” no final da SD. Nas SD’s anteriores a trabalhadora é aquela que vai “dar uma mão no serviço de casa”, o “socorro nas tarefas domésticas”, a “amiga”.

O signo “trabalhadora” só aparece na frase em que outro signo - “dinheiro” – é acionado. Neste caso, os signos trabalhadora e dinheiro ganham caráter material porque o primeiro signo se trata da execução da força de trabalho manual da diarista e, na sequência, o segundo signo corresponde a forma de pagamento da atividade exercida mediante a força de trabalho. O efeito de sentido sobre “trabalho” só é percebido mediante ao pagamento, do contrário, poderia ser apenas uma atividade “natural” da mulher.

Ao mesmo tempo, não basta ser uma “trabalhadora”, mas é preciso “render mais” em contrapartida o “dinheiro no bolso”, principalmente em momentos de crise econômica, torna-se fundamental para a subsistência da trabalhadora e sua família. A trabalhadora doméstica diarista se subjugará às exigências do neoliberalismo, neste caso sendo partícipe do trabalho informal, para ter ‘dinheiro no bolso’ e manter a sobrevivência da sua família.

O “render” torna-se um eufemismo utilizado no discurso para exploração do trabalho sob quaisquer condições de trabalho e qualidade de vida da trabalhadora por meio da informalidade, desde que atenda às necessidades postas pelo capital. Em outras palavras, na ordem do discurso, “a língua e as significações são construções históricas relacionadas direta e indiretamente com o processo produtivo.” (FLORÊNCIO, 2013, p. 35).

Considerações não finais

Com a crise estrutural do capital, as formas de manutenção e subsistência vão se modificando nas relações de produção/reprodução da vida material. A informalidade do trabalho torna-se a forma mais acentuada de manter as relações contratuais de trabalho entre patroa de classe média e a trabalhadora doméstica remunerada.

Os efeitos da crise do capital constituem discursos que venham “romantizar” a informalidade do trabalho como situação benéfica para a trabalhadora doméstica remunerada, no entanto, corroboram para a precarização do trabalho e banaliza a árdua conquista das mulheres trabalhadoras domésticas, majoritariamente negras, por meio da regulamentação do trabalho doméstico assalariado em 2015.

Há uma crise de classes antagônicas (burguesia e proletariado) em curso, todavia, devido as estratificações sociológicas destas grandes classes – alta, média-alta, média-média, média baixa, popular, etc. - a classe média não se reconhece enquanto parte do proletariado. Há um efeito ideológico que mina essas relações, uma vez que a classe média brasileira nos anos dos governos Lula (2002 – 2009) e parte do primeiro mandato do governo Dilma (2010 – 2014), por ter acesso a parte dos bens de consumo, acreditam que houve uma ascensão de classe.

Em nosso entendimento, os discursos nas posições de patroa e de jornalista se inscrevem na formação ideológica do capital e, por sua vez, se estruturam em outras relações de opressão como o patriarcado e o racismo como se lê na análise acima. A nosso ver, o enunciado da diarista também assume uma posição sujeito de identificação com a formação ideológica do capital, pois o discurso da ‘flexibilização’ do regime de trabalho e um relativo aumento nos rendimentos mensais são o reflexo da crise econômica que promove subemprego, por meio da informalidade, e o fim de direitos trabalhistas que atinge as mulheres que compõem exponencialmente o exercício do trabalho doméstico remunerado.

Dessa forma, ser diarista não se trata de uma forma de resistência ou subversão ao sistema capitalista para ter mais qualidade de trabalho, apenas configura-se, em alguns casos, de ter um pouco mais de dinheiro no fim do mês ou menos horas de trabalho diário. O discurso de uma possível resistência torna-se inviável quando esta trabalhadora precisa sacrificar-se para trabalhar em várias residências, muitas vezes sem vale-transporte ou direito à alimentação, para obter um pouco de dinheiro a mais no fim do mês para sustento familiar, sem se dar conta de que seus direitos de saúde, segurança do trabalho, seguro desemprego, aposentadoria, estão sendo negados em razão da informalidade, acarretando consequências físicas, emocionais, psicológicas, etc. para a trabalhadora doméstica diarista.

Por fim, acrescentamos que as desigualdades de classe, gênero e raça são silenciadas na sociedade capitalista e corroboram para que as funções domésticas – como patroa ou trabalhadora doméstica - continuem a ser exclusivas das mulheres e, em razão da herança escravagista colonial brasileira do surgimento do trabalho doméstico, estas atividades remuneradas sejam majoritariamente exercidas pelas mulheres negras.

Referências

CAVALCANTE, M. do S. A. de O. Educação de jovens e adultos: autonomia ou adaptação? **Revista de Estudos da Educação**, Maceió, n. 24, 2005.

CISNE, M.. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2.ed., 2015.

DRUCK, M. da G. **Globalização e Reestruturação Produtiva**: o fordismo e/ou japonismo. São Paulo: Revista de Economia Política, v. 19, n. 2, abr.-jun. p. 31-48, 1999.

FERREIRA, M C. L. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.

FLORÊNCIO, T. M. **Os sentidos de público no discurso educacional dos governos Lula (2003 – 2010)**, Maceió: EDUFAL, 2013.

KERGOAT, Danièle. Da divisão de trabalho entre os sexos. In.: HIRATA, Helena (org.). **Divisão capitalista do trabalho**. Tempo Social, Revista de Sociologia, São Paulo, USP, 1989.

LIRA, I. C. D.. Trabalho Informal como Alternativa ao Desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, M. O.a da; YAZBEK, M. Ca.. **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luiz: FAPEMA, 2006.

MAGALHÃES, B.; FLORÊNCIO, A. M. G.; SILVA SOBRINHO, H. F.; CAVALCANTE, M. do S. A. de O. **Análise do Discurso: fundamentos e prática**. Maceió: EDUFAL, 2009.

MARX, K. **O capital: Livro 4: teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOREIRA, L. A. L. Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade histórica e social dos sentidos. In.: CAVALCANTE, M. do S. A. O. (org.). **Linguagem, discurso e ideologia: a materialidade dos sentidos**. Maceió: EDUFAL, 2017.

NERI, M; FONTES, A. Informalidade e Trabalho no Brasil: causas, conseqüências e caminhos de Políticas Públicas. In: BOUR, J. L. *et al.* **Informalidade Laboral na América Latina**. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2010.

NEVES, M. de A.; JAYME, J. G.; ZAMBELLI, P. A Nova Informalidade: o trabalho dos camelôs no cenário urbano de Belo Horizonte. **Ser Social: revista do Programa de pós-graduação em Política Social**. Brasília: SER Social UnB. v. 1, n. 19, jul.- dez. 2006.

NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal e injusto: percepções de mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: vol.18, nº 53, Out. 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. 6 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani. Campinas: Editora UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso: as três épocas**. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Para uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

PÊCHEUX, M. **O discurso – estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 2015.

PRISCO, T.; CARVALHO, C. S.; GOMES, M. M. Diaristas: Novas Domésticas em Tempos de Trabalho Precário? **Revista Serviço Social**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 28-50, Jan./Jul. 2013.

SOARES, M. A. T. **Trabalho informal**: da funcionalidade à subsunção formal ao capital. *In*: IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Uberlândia, jun. 2004.

VASCONCELOS, R. M.de A. R. L. de; CAVALCANTE, M. do S. A. de O.. **A educação mudando o Brasil?** Maceió: EDUFAL, 2013.